

**MURILO SOUZA DE SIQUEIRA**

**O MICROCRÉDITO NO BRASIL:  
UMA ANÁLISE HISTÓRICA**

**Monografia de Bacharelado em Economia**

**Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária**

**PUC – São Paulo**

**Novembro – 2023**

**MURILO SOUZA DE SIQUEIRA**

**O MICROCRÉDITO NO BRASIL:  
UMA ANÁLISE HISTÓRICA**

Monografia submetida à apreciação de banca examinadora do Departamento de Economia, como exigência parcial para a obtenção do grau de *BACHAREL* em Ciências Econômicas, elaborada sob a orientação da Professora Doutora Mônica Landi.

**Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária**

PUC – São Paulo

**Novembro - 2023**

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

---

---

---

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, quero agradecer a Professora Mônica Landi, não apenas pelas suas orientações, mas também por toda a paciência e compreensão que foram inestimáveis para o desenvolvimento deste trabalho. Aos meus pais pelos constantes incentivos que sustentaram ao longo desta jornada acadêmica, depositando sacrifícios e confiança em mim que me permitiram alcançar este marco. À minha irmã que sempre esteve ao meu lado, me apoiando e encorajando, sua presença foi fundamental no decorrer desta formação. E gostaria de agradecer à minha namorada, pelo suporte, paciência e amor que foram essenciais durante os momentos desafiadores desta jornada.

SIQUEIRA, M. S. **O Microcrédito no Brasil: uma análise histórica.** São Paulo - SP, 2023. [Monografia de Bacharelado - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]

## **RESUMO**

Nesse estudo, foi examinado a trajetória do microcrédito, desde sua concepção por Yunus, em Bangladesh, até seu progresso no contexto brasileiro. É comparado sua evolução com o modelo originado em Bangladesh, avaliando seu impacto econômico e socioeconômico, especialmente no que diz respeito à disponibilidade de pequenos financiamentos. Além disso, aborda-se a dimensão social desse tópico, enfocando seu papel no apoio a indivíduos em situações de vulnerabilidade.

**Palavras-chave:** microcrédito, financiamento, programas, crédito.

SIQUEIRA, M. S. **Microcredit in Brazil: a historical analysis.** São Paulo - SP, 2023. [Monografia de Bacharelado - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]

### **ABSTRACT**

In this study, the trajectory of microcredit was examined, from its conception by Yunus, in Bangladesh, to its progress in the Brazilian context. Its evolution is compared with the model originated in Bangladesh, assessing its economic and socio-economic impact, especially about the availability of small financing. In addition, the social dimension of this topic is addressed, focusing on its role in supporting individuals in situations of vulnerability.

**Keywords:** microcredit, financing, programs, credit.

## LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

<b>Tabela 1</b> Evolução das Operações do CrediAmigo .....	31
<b>Tabela 2</b> Evolução dos Clientes Ativos do CrediAmigo .....	31
<b>Gráfico 1</b> Evolução das Operações Acumuladas do CrediAmigo.....	32
<b>Gráfico 2</b> Número de Operações por Instituição Participante 2023.....	37
<b>Gráfico 3</b> Número de Operações po Público Alvo 2023 .....	37
<b>Figura 1</b> Linhas de Crédito do Empreenda Rápido.....	34

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>Capítulo 1: A origem do microcrédito</b> .....	<b>11</b>
1.1 Surgimento em Bangladesh .....	11
1.2 Grameen Bank .....	13
1.3 A internacionalização do <i>Grameen Bank</i> .....	15
<b>Capítulo 2: Origem e desenvolvimento do microcrédito no Brasil</b> .....	<b>17</b>
2.1 A evolução do microcrédito no Brasil: dos anos 70 a final de 2002 .....	17
2.2 Microcrédito entre o período de 2003-2010 (Governo Lula).....	24
2.3 Microcrédito entre o período de 2011-2016 (Governo Dilma) .....	29
<b>Capítulo 3: O microcrédito no Brasil: do período pré-pandemia até os dias atuais</b> .....	<b>33</b>
3.1 Período Pré-Pandemia .....	33
3.2 Microcrédito durante e pós pandemia .....	34
<b>Considerações Finais</b> .....	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>42</b>

## INTRODUÇÃO

Nesse trabalho, será discutido as políticas de microcrédito no Brasil. A partir da experiência na Ásia, mais precisamente em Bangladesh, implantada pelo pioneiro professor de Economia Rural da Universidade de Chittagong, Muhammad Yunus, surgiu a ideia de estudar esse tema no Brasil.

Dessa forma, o objetivo da presente monografia é analisar a importância do microcrédito no território nacional como uma forma de contribuir para o desenvolvimento econômico e social, ou seja, uma maneira de impulsão do microempreendedor. Pode-se considerar também socialmente falando, como um meio de auxílio de combate à pobreza e ao ingresso social por meio do pequeno empreendimento, onde as instituições de microcrédito acabam fornecendo juros muito baratos com o objetivo da sustentabilidade financeira do empreendedor, sem o propósito de um alto retorno financeiro.

Partindo dessa observação, o trabalho foi organizado em três capítulos, além dessa introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, será abordado o a origem do microcrédito, juntamente com os princípios que foram criados e introduzidos por Muhammad Yunus em Bangladesh, após perceber o preconceito do sistema bancário em relação aos pobres e mulheres. Nessa concepção, microcrédito passa a ser entendido como sendo empréstimos de baixos valores, direcionados a microempreendedores que normalmente possuem baixa renda e são excluídos do acesso à créditos dos grandes bancos do sistema financeiro tradicional, por não possuírem garantias e confiabilidades.

No segundo capítulo, o trabalho avança para o mapeamento da evolução do microcrédito no Brasil, com destaque para os programas públicos desenvolvidos a partir da década de 1990, que ocorreram com um pouco de atraso em relação a outros países da América Latina, em razão dos problemas enfrentados pelo Brasil dado o cenário de altas taxas inflacionárias. Dessa forma, a análise abordará o surgimento do microcrédito no Brasil, com o intuito de desenvolvimento social do país, como forma de aumento da renda da população excluída das instituições financeiras, por meio de empréstimos para pequenos empreendedores que possuem o objetivo de aumentar seus negócios, sendo uma proposta feita pelo Governo Federal com o objetivo de incentivar os microempreendedores.

Além disso, será comparado o programa de microcrédito inicial na Índia com as iniciativas brasileiras, identificando as instituições que oferecem esse tipo de financiamento no Brasil e analisando o perfil das pessoas que buscam esses programas.

O terceiro capítulo busca traçar um panorama do microcrédito no Brasil pré-pandemia até os dias atuais, indicando as medidas emergenciais utilizadas pelo governo e instituições financeiras para aliviar os impactos da pandemia sobre a população, apresentando a situação de alguns programas ainda existentes que surgiram antes da crise.

## Capítulo 1: A origem do microcrédito

### 1.1 Surgimento em Bangladesh

A primeira experiência conhecida sobre o microcrédito aconteceu em uma aldeia localizada ao Sul da Alemanha, no ano de 1846, pelo pastor Raiffensem, com a criação da “associação do pão”. O mecanismo de ajuda desenvolvido nessa época pautou-se na doação da farinha de trigo para os fazendeiros, para que esses conseguissem produzir seu pão e, posteriormente, comercializá-los. Com esse mecanismo, o fazendeiro da aldeia passaria a adquirir sua própria renda, alcançando, assim, sua ascensão financeira. (TANNURI, 2000, p.39-69)

Atualmente, a ideia do microcrédito está sendo aplicado por inúmeras instituições financeiras, a partir da experiência introduzida e conhecida internacionalmente, em Bangladesh, desenvolvida pelo professor de Economia Rural, na Universidade de Chittagong, Muhammad Yunus.

Considerado como um dos países de muita pobreza, a grande crise de fome que estava ocorrendo na década de 70 no país, levou o Professor Yunus a refletir sobre assuntos sociais críticos presentes em seu país de origem. Ele dizia de que adiantava a faculdade de economia ensinar a ganhar dinheiro e tratar sobre milhões de dinheiro, enquanto o principal problema que estava acontecendo na região, nem era falado nas salas de aula, ou seja, as pessoas não davam tanta importância pelo simples fato de se acostumarem com isso, por presenciar as cenas de extrema pobreza diariamente nas ruas da cidade.

Lembro-me de meu entusiasmo ao ensinar as teorias econômicas, mostrando que elas apresentavam respostas para problemas de todos os tipos. Eu era muito sensível à sua beleza e elegância. Mas de repente comecei a tomar consciência da inutilidade desse ensinamento. Para que poderia ele servir, quando as pessoas estavam morrendo de fome nas calçadas e diante dos pórticos? (YUNUS, 2003, p.14).

A partir desse pensamento, Yunus elaborou um mecanismo para tentar combater essa extrema pobreza e o preconceito do sistema bancário em conceder crédito para mulheres também. Por meio de empréstimo em quantias pequenas e menos burocracias como o sistema tradicional, foi colocado em prática esse modelo como uma forma de inserção social para indivíduos que se endividavam com agiotas

e todo seu esforço no trabalho era feito para pagar essas dívidas, sobrando praticamente nada como lucro no final do dia, seguindo novamente esse mesmo ciclo ininterrupto.

Em uma de suas visitas à aldeia, Yunus se deparou com uma situação de uma mulher chamada Sufia Begum que cuidava da casa, tinha quatorze filhos e se encontrava no ciclo descrito acima, onde a mulher trabalhava para pagar aos agiotas e no final do dia ter um lucro de exatamente 22 *cents* para sobreviver. Ao perceber a mulher nessa situação, Yunus começou a refletir e tentar criar soluções para esses problemas. Identificou que não adiantava em nada ajudar as famílias vulneráveis naquele momento, se, passados alguns meses, a mesma situação voltava a ocorrer. Era necessário um programa de crédito para fazer com que as pessoas que estavam nessa situação pudessem ter a oportunidade de vender seus produtos no mercado pelo preço e a disponibilidade que quisessem e não nas condições impostas pelos agiotas.

Em outras palavras, para Yunus o país se encontrava em um problema estrutural por não existir nenhuma instituição financeira, capaz de ajudar essas famílias a ingressarem e criarem possibilidades de ter uma vida melhor.

Essas pessoas não eram pobres por estupidez ou por preguiça. Eles trabalhavam o dia inteiro, realizando tarefas físicas muito complexas. Eram pobres porque as estruturas financeiras de nosso país não tinham a disposição de ajudá-las a melhorar sua sorte. Era um problema estrutural, e não um problema individual.” (YUNUS, 2003, p.24).

A partir disso, em busca de solucionar esse grave problema, foi onde tudo começou para Yunus, que entrou em contato com gerentes de bancos, dando início ao seu programa de microcrédito que se chamaria “*Grameen Bank*”, que teve como objetivo central acabar com a pobreza que culminava e humilhava a população de seu país.

O modelo de microcrédito instaurado por Yunus, tinha o intuito de acabar com a pobreza por meio de concessões de crédito em pequenas quantias para as pessoas que se encontravam nas situações de necessidades extremas, onde eram excluídas dos sistemas financeiros tradicionais, pelo simples fato de não possuírem garantias, para ressarcir o crédito tomado, caso não consigam devolver o dinheiro ao banco.

Essa parte da população tomava esses empréstimos como uma forma de geração de renda, permitindo sua saída da situação de pobreza. O crédito era investido em suas atividades produtivas. Por não conseguirem passar alguma garantia, esse empréstimo era feito na base da conversa e confiança, fazendo com que o indivíduo garantisse a sua palavra, criando uma pressão interna para ter uma pontualidade no pagamento quando atingir uma certa condição financeira, esse tipo de acordo, incentivava o devedor a se esforçar e produzir no seu trabalho, gerando lucros para no fim, conseguir pagar o credor de volta, ganhando ainda mais a confiança, juntamente com novas oportunidades decorrentes da inserção social que se deu pelo crédito.

## 1.2 Grameen Bank

As pequenas quantidades de dinheiro emprestado que eram aplicados estrategicamente estava causando impactos muito positivos para o desenvolvimento das comunidades de Bangladesh. A partir desses resultados favoráveis, Yunus fundou o *Grameen Bank*, com o objetivo de priorizar e melhorar as condições de vida para esse perfil de extrema pobreza, onde não possuíam direito ao acesso de crédito cedido pelos bancos comerciais tradicionais.

Essa nova instituição, visava o crédito como um pilar importante em relação ao combate à pobreza, não se limitando apenas a isso, mas também ao desenvolvimento socioeconômico desses tomadores de crédito.

Um diferencial do *Grameen Bank* para outras instituições financeiras foi no sentido de as pessoas não precisarem ir de encontro com as filiais dos bancos e se sujeitarem ao constrangimento, fazendo com que o banco fosse até as pessoas necessitadas por meio de seus agentes, onde todos os acordos eram feitos em locais públicos, sempre nos grandes centros das aldeias em que se encontravam a população mais necessitada. (*Grameen Bank*, 2022)

Uma das habilidades da instituição financeira criada e desenvolvida por Yunus é a habilidade do banco em sobreviver diante de condições difíceis, resistindo perante a garantia de seus clientes por meio dos próprios bens materiais como uma moeda de troca caso não consiga reembolsar o banco.

Outra característica foi inspirar o gênero que se encontrava na época mais fragilizado das comunidades que eram as mulheres, tendo como prioridade em

capacitar e criar oportunidades de uma vida melhor, envolvendo nas atividades econômicas, saindo das condições de seus maridos em apenas cuidar da casa e não das finanças da família.

Yunus identificou que as mulheres tinham um percentual de 100% em devolver o dinheiro do empréstimo, diferente dos homens que possuíam um percentual de 85%. (SPIEGEL, 2010, p.152). Outra análise feita pelo professor foi onde estava sendo utilizado o dinheiro do crédito, comparando novamente os dois gêneros. As mulheres usavam o crédito com o propósito de atingir uma independência financeira, beneficiando seus filhos e a manutenção da casa, diferente dos homens que usavam esse mesmo crédito para benefício deles mesmo. (YUNUS, 2011, p.343)

O *Grameen Bank* tem como principal função em não trabalhar com doação e sim com empréstimo, pois as pessoas se sentem humilhadas recebendo dinheiro por meio de doações, por conta disso, o banco busca ensinar as pessoas a se descobrirem melhor por si mesmo, investigando novas alternativas em mudar de vida, no sentido financeiro e social, motivando ainda mais a busca pela melhoria social do que por meio de doações.

Os pagamentos são muito bem flexibilizados, podendo ser feito diariamente ou semanal, deixando o valor da parcela menor e facilitando o pagamento da dívida, isso acaba deixando claro que o objetivo é o ser humano e não o produto que seria o crédito. Sem contar que esse tipo de método para o pagamento dos tomadores ajuda a instituição a saber se a pessoa irá conseguir devolver ou não o dinheiro que foi emprestado.

No ano de 2006, o *Grameen Bank* recebeu o Prêmio Nobel da Paz, por conta de sua dedicação em analisar e usar o microcrédito para criar um desenvolvimento econômico e social que vem crescendo cada vez mais desde a sua criação. (*Grameen Bank*, 2022)

Até outubro de 2022, estão sendo operados mais de 2.000 filiais pelo mundo inteiro, somando um total de 21.000 funcionários que se dedicam todos os dias pela instituição. Sem contar que o banco presta serviços para cerca de 45 milhões de pessoas, acumulando um valor total desde sua fundação de US\$ 35.350 milhões, onde 97% são mulheres. Vale ressaltar também a recuperação lucrativa que se teve de 97,25%, sendo a maior se comparada com qualquer outro banco do sistema financeiro. (*Grameen Bank*, 2022)

### 1.3 A internacionalização do *Grameen Bank*

O enorme sucesso do *Grameen Bank* em Bangladesh, fazendo milhares de pessoas salvarem suas vidas e conseguirem uma estabilização financeira, atraíram olhos de fora do país, por banqueiros, chefes de Estado e diversas pessoas interessadas em mudar a vida de pessoas em situações críticas.

Por conta disso, algumas instituições com o objetivo de ajudar essas pessoas, foram criadas por meio de uma influência do inédito programa de Yunus, onde algumas até foram ajudadas e financiadas pelo pioneiro do microcrédito, como por exemplo o *Grameen Foundation* e o *Grameen America*, mas também foram iniciadas instituições financeiras que se identificaram com o programa e analisaram a possibilidade de mudança na região das pessoas, por meio desse modelo de concessão de crédito, como o *Bank Rakyat Indonesia*, Bancosol, Fosis, Corposol.

O *Grameen Foundation* é uma instituição sem fins lucrativos, estando presente em países situados na África, Ásia e nas Américas. Possui como missão a capacitação dos mais pobres em mudar suas vidas e melhorar o mundo em relação a essa miséria que está espalhada em diversos lugares. Essa organização trabalha com serviços financeiros e ferramentas para o combate a pobreza por meio do microcrédito, vale ressaltar também que está inserida na saúde, desenvolvendo tecnologias, aumentando a eficiência e tornando algo de fácil acesso. Se encontra presente até na agricultura, disponibilizando informações e serviços financeiros para o agricultor, auxiliando a aumentar sua produtividade nas terras.<sup>1</sup>

Já o *Grameen America* é um programa similar ao *Grameen Foundation*, mas seu diferencial está no público-alvo que são mulheres em situações de pobreza que vivem nos Estados Unidos, as quais se situam fora de alcance do sistema financeiro tradicional, não possuindo contas bancárias e pontuações de crédito. Além de empréstimos como forma de um financiamento acessível para pequenas empresas, o *Grameen America* oferece todo o suporte ao cliente como educação financeira, estabelecimento de créditos com o objetivo de criar um histórico financeiro qualificado e programas de poupança na qual seus membros possuem oportunidades de construir ativos. (Grameen America, 2022)

---

<sup>1</sup> Informações retiradas do site oficial do Observatório Internacional do Sebrae, disponível em: <https://ois.sebrae.com.br/boaspraticas/grameen-foundation/>

Outra instituição financeira que simpatizava com o modelo de Yunus era o *Bank Rakyat Indonesia*, criado em 1968 pelo governo da Indonésia, acabou se tornando um dos três principais bancos estatais, mas que com o tempo passou a atuar igualmente como os bancos comerciais do país. O banco foi criado com o objetivo de expandir a área rural do país, por meio de programas de créditos para médios, pequenos e microempreendimentos. (PATTEN et al., 2001, p.1057-1069)

Na América do Sul, também tiveram instituições que foram inspiradas e seguiam com os mesmos princípios do *Grameen Bank* de Yunus, um exemplo disso foi na Bolívia, em 1992, por meio do BancoSol, concedendo crédito em grande escala para mulheres utilizarem com objetivos de consumo ou produção. A instituição possuía agentes que visitavam seus clientes quando apareciam atrasos no pagamento e avaliavam projetos. (BANCOSOL, 2022).

No Chile, foi criado o Fosis, era uma instituição pública diferente das outras, pois ao invés de executar diretamente operações de microcrédito, eles trabalhavam com transferências de recursos para as instituições privadas de microcrédito sem nenhuma taxa e por concorrência pública. (SILVA, 2005, p.29).

Um último exemplo localizado na América do Sul, antes de abordar o Brasil, foi o Corposol, criado em 1988 na Colômbia. Não possuía fins lucrativos e acabou sendo apoiada por grandes bancos internacionais, como o AIDE (França) e o CONDESPA (Espanha). Sua aplicação de microcrédito era muito semelhante ao BancoSol, mas seu sistema de garantias era feito por meio da alienação do bem financiado, avalista ou aval solidário. (CORPOSOL/FINANSOL, 2022).

## **Capítulo 2: Origem e desenvolvimento do microcrédito no Brasil**

### **2.1 A evolução do microcrédito no Brasil: dos anos 70 a final de 2002**

Ao se tratar sobre a evolução do microcrédito no Brasil, neste capítulo será abordado de acordo com os principais programas de microcrédito, os mais expressivos e de forma cronológica de acordo com o desenvolvimento no decorrer das décadas até o período de hoje.

Os primeiros programas apareceram na década de 1970, com as entradas das ONGs, fazendo o microcrédito dar início em 1973 com a criação da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), mais conhecido como “Programa Uno”. (SILVEIRA, 2015, p.16). Era uma ONG, atuando nas cidades de Recife e Salvador, especializada em microcrédito e capacitação de trabalhadores de baixa renda que estavam inseridos no setor informal, sendo financiado por doações internacionais.

Foi referência de modelo a ser seguido em outros países da América Latina e nos seus primeiros anos conseguiu atingir a dependência de recursos que eram cedidos por organizações internacionais, isso só foi possível por conta do Banco do Estado de Pernambuco (BANDEPE) que fornecia recursos para as operações da UNO. (JACKELEN, 1982, apud BARONE et al., 2002).

O BANDEPE foi uma instituição financeira localizada no estado de Pernambuco, sendo criada com o objetivo principal de promover o desenvolvimento econômico e social da região, fornecendo serviços financeiros para empresas e projetos voltados para o crescimento sustentável do estado. Essa instituição também atuou como um banco de desenvolvimento que oferecia uma variedade de produtos e serviços financeiros, como por exemplo empréstimos, financiamentos, capital de giro, garantias e assessoria financeira, possuindo um foco para pequenas e médias empresas, voltados para os setores de agronegócio, indústria, comércio e serviços.

Uma de suas características principais era estimular o desenvolvimento regional, por meio de investimentos e iniciativas que buscam na geração de empregos, promovam inovações e ajudem na redução das desigualdades sociais e regionais, onde apoiavam projetos de infraestrutura, sustentabilidade ambiental e inclusão social. Além desses serviços financeiros, o BANDEPE também desempenhou um importante papel na promoção de parcerias, buscando criar

alianças estratégicas com outras instituições financeiras, com a finalidade de fortalecer a capacidade de financiamento e implementação de projetos de desenvolvimento, por conta dessas ações e características que levaram o BANDEPE até o Programa Uno, ajudando no fornecimento de recursos para suas operações.

Porém, ao longo de sua história o banco precisou enfrentar alguns desafios como problemas financeiros, sendo necessário uma reestruturação financeira a fim de garantir sua sustentabilidade, como também problemas relacionados a mudanças políticas e econômicas que impactaram em suas atividades, obrigando o banco a reajustar as estratégias. Mesmo assim não foi possível superar seus sucessivos prejuízos, levando à sua privatização.

Foi realizado um leilão, onde o banco ABN AMRO adquiriu as ações do BANDEPE, posteriormente passando a se chamar Banco de Pernambuco S.A, contando com 57 agências, 195 pontos de atendimento e 474 terminais de auto-atendimento, além da inauguração de três novas agências. Após sua privatização, o banco alcançou números expressivos em seu capital social, sendo registrado em 2002, R\$1.912,4 milhões, possuindo um aumento em R\$ 650 milhões comparado ao ano de 2000.<sup>2</sup>

Com a aquisição da ABN AMRO na América Latina pelo Banco Santander, o BANDEPE passou a fazer parte do grupo Santander Brasil, trazendo novas dinâmicas, aumentando sua rede e garantindo um maior acesso a recursos, tecnologias avançadas, onde o banco se encontra no período atual.

Retomando novamente para o Programa Uno, outro ponto a se destacar era a estrutura organizacional, fazendo parte de seu grupo, estudantes dos cursos de Administração, Economia e Ciências Sociais com períodos de trabalho reduzidos, sendo contratados como “analistas técnicos” das propostas de crédito, auxiliando e capacitando os microempresários a gerenciar os seus negócios, acompanhando o crédito juntamente com o impacto em que iria causar e também na criação de estratégias para atingir o público-alvo por meio das elaborações de perfis. (JACKELLEN, 1982; apud DANTAS, 2005).

---

<sup>2</sup> Dados retirados do laudo de avaliação do Banco de Pernambuco (BANDEPE), disponível em: [https://sistemas.cvm.gov.br/dados/LaudEditOpa/RJ-2002-07608/20030117\\_LAUDO\\_DE\\_AVALIACAO.pdf](https://sistemas.cvm.gov.br/dados/LaudEditOpa/RJ-2002-07608/20030117_LAUDO_DE_AVALIACAO.pdf)

Porém, a instituição desapareceu por conta de não considerar importante uma política de autossustentabilidade, conseqüentemente parou de receber os recursos fornecidos pelo BANDEPE, com uma duração de dezoito anos.

Muitas instituições nessa época que forneciam crédito, eram na maioria ONGs que estavam direcionadas em áreas rurais e com uma gestão institucional, mas falhavam diretamente pelo fato de não darem importância com sua sustentabilidade.

No ano de 1989, foi quando os governos municipais entraram no ramo do microcrédito, utilizando programas e organizações que tinham contato direto com os microempreendedores. Essas instituições eram chamadas de Bancos do Povo, um exemplo foi a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Mulher, popularmente conhecido como “Banco da Mulher”, primeiramente atendendo apenas as mulheres, mas com o tempo começou a atender o público masculino, onde a instituição tinha como apoiadores o Women’s World Bank, da UNICEF, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). (VEAUVY, 2011, p.21).

Esses Bancos do Povo foram implementados em vários países, com uma estratégia de redução da pobreza, promovendo a inclusão financeira, com isso é possível se ter uma estimulação no desenvolvimento econômico locais. Possuem o objetivo de permitir com que pessoas de baixa renda se tornem autossuficientes, melhorando suas condições de vida. Eles estão localizados regionalmente com o propósito de alcançar a parte mais pobre da sociedade e de forma que atraia mais pessoas.

Os três segmentos que estão presentes nos bancos como forma de marcos regulatórios, são: cooperativismo de crédito, microcrédito e correspondentes do país. Esses segmentos passaram a ser considerados pela sociedade de forma importante para as microfinanças, chamados como banco do povo. (SOARES; SOBRINHO, 2008, p. 65).

Farranha (2006), aborda essa fase demonstrando um diferencial em relação a primeira fase de crédito por meio das ONGs, seria a busca por taxas de juros mais baixas do que as existentes no mercado, tendo como foco principal a geração de renda para os tomadores por meio dos programas de microcrédito.

O Banco da Mulher foi criado inicialmente com o objetivo de promover o combate à desigualdade de gênero no acesso a serviços financeiros, oferecendo serviços de empréstimos, contas bancárias, investimentos e seguros. Uma das

principais motivações para a criação do banco é o fato de que muitas vezes as mulheres enfrentam desafios e barreiras ao tentarem acessar serviços financeiros tradicionais, existindo discriminação de gênero, falta de educação financeira e falta de garantias para a obtenção de empréstimos.

Percebendo-se a proposta desse programa, principalmente focada nas mulheres, pode-se assemelhar com as mesmas características voltadas para os primórdios do programa de Yunus, onde se buscava um empoderamento das mulheres, reconhecendo o potencial e a importância de capacitá-las economicamente, permitindo com que elas possam iniciar ou melhorar seus negócios gerando renda e tornando-as independentes, tudo isso por meio da oferta de crédito dos programas para as pessoas do gênero feminino, onde muitas vezes não conseguiriam ter esse acesso aos serviços financeiros tradicionais.

Por conta disso, o Banco da Mulher busca eliminar essas barreiras ofertando condições mais favoráveis para as mulheres em relação a taxas de juros, prazos de pagamento e critérios de elegibilidade, além disso, oferecendo programas de capacitação financeira e empreendedorismo, a fim de desenvolver as habilidades, conhecimentos na gestão financeira e dos negócios.

Com esse fortalecimento ao acesso das mulheres nos serviços financeiros, o banco tenta impulsionar seu papel na economia, capacitando na expansão de seus negócios próprios, investindo em educação, adquirindo propriedades e melhorando suas condições de vida, causando um impacto positivo nas pessoas individualmente quanto em suas famílias também, contribuindo para um desenvolvimento socioeconômico geral, dentro de um ambiente inclusivo e preocupado nas questões de gênero.

Atualmente o Banco da Mulher é promovido individualmente em alguns Estados do Brasil, como no caso de Maceió e o do Paraná. Segundo dados do Banco da Mulher do Paraná<sup>3</sup>, é trabalhado com financiamentos de até R\$20 mil para empresas e até R\$ 10 mil para pessoa física, com taxas de juros de no máximo 1,86% ao mês e as garantias necessárias pode ser feita por meio do aval de terceiros, sendo qualquer pessoa que não esteja vinculada ao empreendimento financiado.

---

<sup>3</sup> Dados retirados do site oficial do Banco da Mulher do Paraná, disponível em: <https://www.fomento.pr.gov.br/Banco-da-Mulher-Paranaense-Microcredito>

No final da década de 90, o microcrédito voltou a ter seu destaque na economia do país, período marcante por causa do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, onde iniciativas voltadas ao crédito ganharam maior destaque e foram ampliadas.

Nessa mesma época, a economia solidária começou a ganhar uma maior visibilidade no Brasil, dando importância e um certo cuidado para o tratamento do assunto, mesmo que de uma forma discreta.

A economia solidária é um tipo de modelo de práticas econômicas voltadas para a cooperação, solidariedade e autogestão, promovendo relações econômicas mais justas, com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais. Antes dessa década de 1998 que está sendo tratada nesse momento, já existiam alguns programas relacionados a cooperatividade, mas eram feitos de forma autônoma, sem participação do governo.

No Brasil, os empreendimentos relacionados a economia solidária apareceram de forma independente na sociedade, promovendo uma expansão da ação coletiva. Essa ampliação se deu por conta da população que se deslocou de situações de extrema vulnerabilidade social para o âmbito do trabalho associativo e da política formal. Eles buscaram na ação coletiva, os meios de subsistência, junto com os recursos necessários para desenvolver políticas públicas específicas para o setor. (GAIGER, 2004).

O programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. O avanço da economia solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permita encetar algum processo de autoemancipação. Mas, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana. (SINGER, 2002, p.112).

Vale ressaltar também que em seu primeiro ano como presidente, Fernando Henrique criou o Programa Comunidade Solidária, com o propósito de promover ações sociais, melhorando a qualidade de vida das comunidades mais vulneráveis do país. O programa buscava estabelecer parcerias entre o governo por meio da

promoção do voluntariado, da sociedade civil com a participação das pessoas em ajudar e no setor privado fortalecendo os vínculos comunitários, tudo isso só sendo possível a partir da implementação de projetos voltados para o desenvolvimento social.

“O objetivo do programa era contribuir na articulação da sociedade brasileira, mobilizando recursos humanos, técnicos e financeiros para o combate eficiente à pobreza e à exclusão social”. (CARDOSO, 1997, p. 3 apud PERES, 2005, p. 113).

Uma de suas principais características era a sua autonomia nos projetos relacionados às comunidades, estimulando o potencial das pessoas em se organizarem em seus próprios problemas. Outra marca do programa se destacava em suas parcerias com empresas privadas e organizações não governamentais, a fim de ampliar seu alcance.

Porém, o Programa Comunidade Solidária terminou no ano de 2002, por causa de mudanças nas políticas e administrativas no governo brasileiro.

Nesse governo também se teve a criação de mais um Banco do Povo, denominado como o Banco do Povo Paulista (BPP). Possuía as mesmas diretrizes dos outros bancos populares já falados anteriormente, como por exemplo o Banco da Mulher, mas a diferença é que não tinha a sua prioridade voltada apenas para as mulheres, e sim para a parte da sociedade que se encontrava em situações precárias.

O Banco do Povo Paulista é um programa de microcrédito desenvolvido em parceria pelo Governo do Estado de São Paulo e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em conjunto com as prefeituras locais. Seu objetivo principal é oferecer financiamento para pessoas formais ou informais, auxiliando no capital de giro e investimento fixo, a fim de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico.<sup>4</sup>

A sua principal característica é a facilidade de acesso ao crédito, onde os empréstimos são feitos de formas ágeis, não precisando de garantias reais ou avalistas, possuindo taxas de juros acessíveis, junto com os estímulos para o desenvolvimento das atividades produtivas das pessoas que recorriam auxílios a esse banco. Além disso, existiam diversas unidades espalhadas pelo estado de São Paulo, sendo assim, com a razão de expandir seu público pela região e aumentar a sua conexão para a sociedade.

---

<sup>4</sup> Informações retiradas do site oficial do desenvolvimento econômico de São Paulo, disponível em: <http://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/programas/banco-do-povo-paulista/>

Nos dias de hoje, o banco continua com suas atividades descritas anteriormente para o mesmo público formal ou informal e seus objetivos ainda prevalecem, colocando como prioridade a criação de oportunidades para a população, sempre visando o desenvolvimento socioeconômico.

Na mesma época, foram criadas instituições presentes no ramo jurídico para o microcrédito, possibilitando oportunidades para as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), sendo uma sociedade jurídica que executa a supervisão do Banco Central e foi inaugurada também as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), onde regularizavam as ONGs, fazendo elas serem obrigadas a trabalharem atendendo a objetivos sociais. (VEAUVY, 2011, p. 26).

Esse período é caracterizado pela criação do Programa de Microcrédito do BNDES, auxiliando no crescimento de algumas instituições. Vale ressaltar também a instauração do Programa CrediAmigo pelo Banco do Nordeste do Brasil, sendo o único programa de microcrédito fundado por um banco estatal.

Nesse mesmo ano, o CrediAmigo foi fundado com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico e social da região do Nordeste do país. Atualmente ele se encontra como o maior programa de microcrédito produtivo e orientado do Brasil, atuando nas concessões de créditos na forma de grupos solidários ou individuais.

Por meio de dados abordados relacionados ao ano de 2020<sup>5</sup>, o CrediAmigo possui 471 unidades de atendimento, carteira de mais de 2,24 milhões de clientes ativos com um valor total de 9,52 bilhões aplicados e mais de 3,54 milhões de empréstimos.

No programa, os pagamentos podem ser feitos semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente, tudo isso dependendo exclusivamente da receita de seus clientes, trazendo benefícios para o banco como a capacidade de selecionar tomadores de empréstimos mais confiáveis e obter um retorno mais rápido do crédito concedido. (AZEVEDO; BARRETO; SOARES, 2011).

Outra característica do CrediAmigo, está na área relacionada ao gênero de seus clientes, onde a maioria dos clientes ativos são mulheres, essa particularidade também aparece em outros programas, a justificativa por trás dessa estratégia é a suposição de que as mulheres acabam por ser mais dedicadas e tendem a se moverem menos que os homens, sendo mais sensíveis às punições sociais, por

---

<sup>5</sup> Dados retirados do site oficial do Banco do Nordeste, disponível em: <https://www.bnb.gov.br/CrediAmigo/sobre>

conta de razões culturais. Também se acredita que as mulheres possuem maiores responsabilidades pela educação e saúde dos filhos, possuindo empregos menos favorecidos do que os homens, passando a contribuir de uma forma mais significativa para a renda familiar, maximizando os resultados sociais. (AZEVEDO; BARRETO; SOARES, 2011).

A evolução do microcrédito em relação ao setor de micro e pequenas empresas ficou ainda mais nítido no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, com um crescimento acima de 50% de microempresas no Brasil desde que assumiu a presidência na primeira vez, com um montante de 4.605.607 estabelecimentos. Vale ressaltar também que seu mandato fechou com um número estimado de 14,4 milhões de empreendedores no país, sendo 42% mulheres, apresentando a maior taxa de empreendedorismo por necessidade, 7,5% no total, onde 55,4% das pessoas que abriram seus negócios no ano de 2002, foi por causa de dificuldades em encontrar trabalho. (SOARES; SOBRINHO, 2008, p. 78).

## **2.2 Microcrédito entre o período de 2003-2010 (Governo Lula)**

Neste tópico, será abordada a política de microcrédito feita entre os anos 2003-2010, onde o país se encontrava no mandato do governo Lula, juntamente com análises e teorias criadas por autores que estudaram sobre essa área em específico no período em que ocorreu o mandato.

Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito participando de um partido cujo caráter histórico de esquerda, por conta disso, priorizaram projetos de inclusão social e não foi diferente com o microcrédito, dando a oportunidade de levar pessoas consideradas da classe popular até esse determinado mercado. (JARDIM, 2009).

O governo nesse período, atuou em projetos que mostravam uma certa proximidade com o mercado financeiro, como por exemplo, a Parceria Público Privado (PPP), o Programa Nacional de Microcrédito, a criação do Banco Popular (BP) e da Bolsa de Valores Sociais (BVS). Todas essas instituições em que o governo federal possuía parcerias ou participou diretamente da fundação, tinham o propósito de incluir as classes mais populares no mercado financeiro.

O elenco de medidas tomadas no primeiro mandato do Governo Lula era destinado a democratizar o acesso ao crédito e a outros serviços

bancários. Buscavam, antes de tudo, garantir direitos de cidadania (e autoestima) à parcela da sociedade brasileira anteriormente tratada como composta de “cidadãos de 2ª categoria” pelo mercado financeiro. Mas, reduzindo essa exclusão social dos trabalhadores informais, das micro e pequenas empresas e, especialmente, da população de baixa renda, serviria também para gerar renda e oportunidades de trabalho. (COSTA, 2010, p. 17).

Ficava evidente o objetivo de garantir acesso da população mais pobre da sociedade nos serviços financeiros, como conta corrente, poupança, seguros e créditos, buscando uma maior cidadania para essas pessoas, por meio da diminuição das taxas de juros nos financiamentos.

No início do mandato Lula, muitos brasileiros não possuíam acesso aos serviços financeiros básicos que eram fornecidos pelas instituições bancárias, devido a isso, foi aprovada a Lei 10.735, que tinha o objetivo de inclusão dessas pessoas citadas, esse recurso acabou sendo denominado como a “bancaização dos pobres”.

No ano de 2002, o percentual de 57,2% indicava a população brasileira que não tinha nenhum acesso a serviços bancários, porém a partir da vigência dessa Lei de inclusão, esse percentual sofre uma enorme redução. (KRAYCHETE, 2005, p.138).

Este percentual foi sensivelmente modificado com a edição, em 25 de junho de 2003, da Resolução 3.104, que visando a ampliação dos mecanismos facilitadores de acesso da população ao sistema financeiro, dispõe sobre a abertura de contas para a população de baixa renda (conta simplificada), melhoria das condições de obtenção de crédito, de realização de poupança e de aquisição de produtos financeiros. Esta Resolução é complementada, em 31 de julho de 2003, com a Resolução 3.113, que permite a abertura de tais contas aos beneficiados pelos programas sociais instituídos pelo governo federal. Em junho de 2004, 2.421.126 contas especiais estavam abertas e distribuídas entre Banco do Brasil, (784.797 contas) Banco Popular do Brasil (1.494 contas) e Caixa Econômica Federal (1.634.835 contas). A meta é atingir cerca de 6,5 milhões de pessoas com acesso aos serviços bancários, num movimento denominado de “bancaização” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004, apud KRAYCHETE, 2005, p.138).

A partir dos dados mostrados na citação anterior, pode-se dizer que o microcrédito contribuiu bastante para dar o acesso à população de baixa renda nos serviços financeiros. Agora falando da classe social mais inferior ainda, que estão próximos à linha de pobreza, elas não possuem renda ou bens para servir de garantia pelos empréstimos solicitados, por conta disso, não teriam direito às

instituições formais de crédito, levando ao caminho das relações comerciais feitas na base da conversa, confiança, negociações com agiotas, como era feito nos primórdios do microcrédito de Yunus, logo, essa parte da sociedade está incluída nas práticas financeiras informais.

A fim de incluir esses grupos também ao programa, a política de microcrédito no governo Lula estava ligada diretamente à política de Economia Solidária, com o objetivo de otimizar e estender o acesso ao crédito para microempreendedores formais e informais, com o intuito de elevar o trabalho e a renda da população brasileira.

O ano de 2003 ficou marcante por conta de uma grande mudança no sistema, se comparada com o período em que surgiram as instituições voltadas para a área jurídica e regulatória, pois anteriormente as instituições de microcrédito eram focadas apenas no crédito.

Após o mandato do Lula, foram implementadas algumas medidas como a associação do crédito a outros serviços bancários para as pessoas de baixa renda, flexibilização das regras de funcionamento, aumento de correspondentes bancários e tipo de serviços prestados, regulamentação do crédito consignado e consolidação do programa CrediAmigo. Os objetivos eram a geração de renda e trabalho para a população, redução das taxas de juros dos financiamentos e garantir uma maior cidadania para as pessoas que eram marginalizadas pela sociedade, por meio da facilitação e ampliação do acesso ao crédito e serviços financeiros. (COSTA, 2010, p.25).

Nesse mesmo ano, com o propósito de dar mais ênfase ainda nos programas de microcrédito, foi implementada a Lei Federal 10735, de 11 de setembro de 2003, que estabelecia 2% do total de depósitos efetuados à vista nos bancos, fossem direcionados para as operações ligadas diretamente em microcrédito. Os bancos comerciais podiam escolher como utilizar esse recurso, com a criação de programas próprios ou apoio em instituições voltadas para essa área. (SOARES; SOBRINHO, 2008, p. 157).

Outro marco importante do governo Lula, foi a criação do crédito consignado, uma nova modalidade de empréstimo para a população. Disponível para

trabalhadores com carteira assinada, aposentados, pensionistas do INSS e servidores públicos.<sup>6</sup>

A sua principal característica é que as parcelas são descontadas diretamente do salário ou do benefício previdenciário do tomador de empréstimo, antes mesmo do dinheiro ser depositado em sua conta, com baixas taxas de juros (menores que as praticadas para empréstimo pessoal no mercado), isso porque reduz o risco para os bancos e instituições financeiras. (BARONE; SADER, 2008).

Existem alguns limites para esse modelo de crédito, permitindo que até 30% do salário seja comprometido com o pagamento das parcelas, o objetivo dessa regra era com que as pessoas não ficassem endividadas, devido a facilidade de obtenção desse crédito.

Porém, o crédito consignado possui algumas diferenças em relação ao microcrédito, seu público-alvo está voltado para o setor formal, a finalidade do empréstimo é utilizada para necessidades pessoais, a garantia está no desconto das parcelas sendo realizado diretamente na folha de pagamento e seus valores do crédito são maiores por depender da renda do solicitante.

Diferente do microcrédito que seu público é voltado para a parte formal e informal, com o propósito de empréstimo para impulsionar atividades econômicas de pequeno porte, não possuindo garantias e com valores mais baixos do crédito.

Um fator que restringe o crédito consignado é a sua limitação à economia formal (aposentado, pensionistas, funcionários públicos e empregados do setor privado com carteira assinada), excluindo a grande maioria da população, que se encontra na informalidade. O microcrédito produtivo orientado não faz a distinção entre formais e informais; pelo contrário, tende a beneficiar mais os excluídos da economia formal, potencializando seu aspecto socioeconômico inclusivo. (BARONE; SADER, 2008).

Atualmente, o crédito consignado está com os mesmos propósitos desde a sua criação, porém o percentual de comprometimento do salário subiu para 40%, podendo ser realizado em até 24 parcelas mensais, com uma taxa máxima de juros de 3,5%, mas cada instituição financeira pode adotar taxas iguais ou menores que essa.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Informações retiradas do site: <https://www.gov.br/mds/pt-br/auxilio-brasil/credito-consignado>

<sup>7</sup> Dados retirados do site: <https://www.gov.br/mds/pt-br/auxilio-brasil/credito-consignado>

O ano de 2005 foi significativo, por conta da criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) para tentar alavancar os micros empreendimentos de um jeito mais focalizado, pelo motivo do microcrédito não possuir mais competitividade porque passou a ser aplicado por meio de bancos públicos federais como uma concessão de crédito ao consumo popular, perdendo a originalidade do modelo tradicional feito por Yunus em Bangladesh. (COSTA, 2010, p.24-26).

O PNMPO foi criado em um contexto em que 53% dos microempreendedores não conseguiam deixar ativo seus negócios por mais de três anos, o motivo principal desses acontecimentos era a ausência de planejamento, orientação e capacitação dos empreendedores (BRASIL, 2004a).

Esse programa é coordenado por um Comitê Interministerial, onde é composto por pessoas que fazem parte do Ministério do Trabalho e Emprego, da Fazenda, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2004b).

Seus recursos vinham do Fundo e Amparo ao Trabalhador (FAT) e de parcelas de depósitos bancários à vista. (BRASIL, 2004c).

Segundo a lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, o PNMPO passa a ter duas fontes de renda, uma delas sendo provida do orçamento geral da União ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, quando forem alocados para operações de microcrédito produtivo rural e a outra fonte de renda vinha das instituições financeiras ou instituições de microcrédito produtivo orientado. (BRASIL, 2011).

Suas características principais são: o relacionamento feito de forma direta por meio de um agente de crédito com o microempreendedor no local em que está o estabelecimento e feita a atividade; o fornecimento de uma orientação educativa relacionada à gestão do negócio, juntamente com as necessidades de crédito; sempre manter o contato pessoal durante todo o período de crédito, a fim de mostrar uma maior confiança e acompanhar de perto os processos em que está passando o empreendimento; avaliar a atividade e a capacidade para endividamento do tomador de crédito, para assim orientar o valor que pode ser emprestado. (BRASIL, 2005).

Na regulamentação do PNMPO, reconheceu algumas instituições operando em microcrédito, sendo elas: as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), entidades reguladas pelo Banco Central e apenas as ONGs qualificadas como OSCIPs.

Nesse mandato Lula, foi o governo em que mais avançou nos programas de proteção social, comparado com os anteriores, com um primordial aumento da geração de emprego e renda, acabou mostrando que o PNMPO (será explicado mais a frente) tinha uma participação importante na rede de proteção social do governo. (QUEIROGA, 2006).

Pode-se notar que o desenvolvimento desse programa não favorece apenas o setor de microfinança do Brasil, mas ajuda no desenvolvimento das instituições que oferecem o crédito e beneficia também o Estado no quesito socioeconômico.

O poder público inserido no setor de microfinanças ajuda no desenvolvimento dessa área, principalmente tomando uma forma regulatória para ações ligadas diretamente na oferta de crédito, criando assim uma sustentabilidade no setor. Com isso, a criação da PNMPO indica o reconhecimento do microcrédito como uma política econômica com o objetivo socioeconômico. (SILVA, 2007).

### **2.3 Microcrédito entre o período de 2011-2016 (Governo Dilma)**

Nesse item, o microcrédito será tratado a partir do período de 2011 até o ano de 2016, o contexto político em que se encontrava era no mandato de Dilma Rousseff. O direcional dos programas de créditos nesse governo, se assemelhavam-se com o do governo Lula, priorizando a inclusão social e econômica dos microempreendedores de baixa renda, direcionando também para uma política socioeconômica.

No ano da eleição da presidente Dilma, a participação das micro e pequenas empresas no PIB do Brasil era de 27%, sendo mais de um quarto da riqueza do país, vindo dos pequenos negócios (RODRIGUES et al., 2019, p.279).

Esse número expressivo acaba sendo resultado das políticas de microcrédito do governo Lula, que foram essenciais para ser dada a devida importância no mandato da Dilma para alavancar ainda mais a oferta de microcrédito no país.

Um dos programas que mais marcaram esse período foi o Programa Crescer, sendo uma iniciativa de Dilma e desenvolvido na época pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (atual Ministério da Cidadania), possuindo parcerias com alguns bancos federais, como a Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco do Brasil e demais instituições que aderirem ao programa.

Como os outros programas de microcrédito que foram abordados anteriormente neste trabalho, o Programa Crescer não se diferenciava deles, com o intuito de disponibilizar crédito sem muitas burocracias para as pessoas que eram excluídas dos sistemas financeiros tradicionais, buscando dessa forma estimular o empreendedorismo nas atividades produtivas, ajudando na geração de emprego, de renda e redução da pobreza.

Segundo Lavinhas e Martins (2012, p. 109), esse programa possui um teto de R\$ 15 mil para empréstimo individual, com um reembolso de 8% a.a (taxa nominal), a previsão feita para o volume de recursos desembolsado inicialmente foi em R\$ 670 milhões. As autoras também discorrem que o Programa Crescer mostrava ser destinado para os grupos vulneráveis que já tinham acumulado alguma experiência no mercado de trabalho e estavam com o objetivo de aumentarem seus negócios, usando esse financiamento do programa para criar oportunidades de crescimento.

Segundo uma reportagem feita pela Agência Brasil<sup>8</sup>, Dilma diz que em dois anos, após a criação do programa, foram emprestados R\$ 9 bilhões a 3,5 milhões de pessoas com uma taxa de juros de 5% ao ano, feito empréstimos que variam de R\$ 300 a R\$ 15 mil. Outro dado a se destacar foram os empréstimos relacionados às mulheres, onde 64% das pessoas que tomaram o crédito foi destinado ao público feminino, sem contar que nesses dois anos esse crédito possui um valor médio de R\$ 1,3 mil e 95% das pessoas que tomaram, pagaram em dia.

Pode-se notar mais semelhanças em relação ao programa de Yunus, com a apresentação dos dados acima, conseguindo perceber essa identidade do microcrédito de Bangladesh, quando se tem uma maioria de tomador de empréstimo sendo mulher e que no geral, as pessoas pagam em dia por criarem um compromisso com o programa que tanto ajudaram elas com oportunidades de melhora em seus micros ou pequenos negócios.

O Programa Crescer continua ativo com o mesmo objetivo desde a sua instauração, causando um impacto positivo na sociedade, possibilitando com que empreendedores de baixa renda expandam seus negócios, aumentando a renda, melhorando suas condições de vida e ajudando a promover a geração de emprego na sociedade, impactando positivamente na parte socioeconômica do país.

---

<sup>8</sup> Dados retirados do site oficial da Agência Brasil, reportagem disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-14/programa-crescer-emprestou-r-9-bilhoes-pequenos-empresendedores>

Nesse mandato de Dilma, o CrediAmigo, programa que foi criado no período do Fernando Henrique Cardoso, continuava sendo destaque de maior programa, quando o assunto era sobre microcrédito, segundo o relatório do Banco do Nordeste e sendo possível ver na Tabela 1, o ano de 2011 foi onde demonstrou uma maior variação de operações, com um percentual de 37,6%, se comparado com o ano anterior.

**Tabela 1 - Evolução das Operações do CrediAmigo**

<b>Ano</b>	<b>Operações</b>	<b>Varição</b>
<b>2011</b>	2.246.905	37,6%
<b>2012</b>	2.844.021	26,6%
<b>2013</b>	3.413.430	20,0%
<b>2014</b>	3.871.871	13,4%
<b>2015</b>	4.167.867	7,6%
<b>2016</b>	4.164.755	-0,1%

Fonte: BNB – Relatório de Sustentabilidade. Elaboração Própria.

A partir dessa tabela, destaca-se o aumento das operações do programa no ano de 2011 até 2015, ocorrendo uma diminuição em 2016. As taxas de variações tiveram uma diminuição nominal progressiva das operações, levando em conta os anos anteriores, com um pico no primeiro ano do governo Dilma.

Falando sobre os clientes ativos do CrediAmigo, durante o período destacado, novamente o ano de 2011 foi marcado com uma maior variação de clientes, possuindo um percentual de 41,8%.

**Tabela 2 - Evolução dos Clientes Ativos do CrediAmigo**

<b>Ano</b>	<b>Clientes ativos</b>	<b>Varição</b>
<b>2011</b>	1.046.062	41,8%
<b>2012</b>	1.360.170	30,0%
<b>2013</b>	1.659.699	22,0%
<b>2014</b>	1.862.239	12,2%
<b>2015</b>	2.030.821	9,1%
<b>2016</b>	2.073.661	2,1%

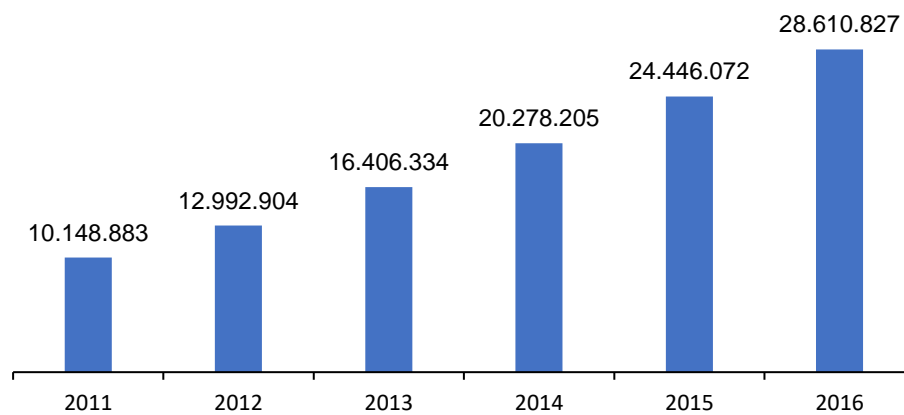
Fonte: BNB – Relatório de Sustentabilidade. Elaboração Própria.

De acordo com a Tabela 2, nota-se que o número dos clientes ativos teve um aumento progressivo em relação aos anos, fechando o último ano do mandato com

2.073.661 milhões de clientes, sendo o maior número dentre os destacados. Já em relação a variação dos clientes de um ano para o outro, ela manteve uma queda progressiva, indicando a maior queda nos anos de 2011 a 2012, com um percentual de 11,8%.

Agora no que se diz sobre a acumulação das operações do programa, a variação se manteve constante, sem muitas alterações de acordo com o passar dos anos.

**Gráfico 1 - Evolução das Operações Acumuladas do CrediAmigo**



Fonte: BNB – Relatório de Sustentabilidade. Elaboração Própria.

A partir das tabelas demonstradas acima, é possível perceber que na evolução das operações e dos clientes ativos, o ano de 2011 demonstrava um maior destaque em relação aos outros períodos, isso porque tinham consequências das políticas do governo anterior, do Lula, mais direcionadas na bancarização dos pobres, buscando melhorar o acesso das camadas mais pobres da população aos serviços financeiros, assim, programas de microcrédito como o CrediAmigo, aumentaram seus incentivos para atrair mais clientes.

Já no governo Dilma, houve uma maior ênfase na erradicação da miséria, buscando elevar o padrão de vida das famílias em situação de extrema pobreza, criando uma certa prioridade para programas como Brasil Sem Miséria e Bolsa Família que estavam voltados à políticas de melhoria estrutural nas condições de vida das famílias, diferente das efetuadas no governo Lula que focavam na inserção das pessoas no setor de microfinanças.

## Capítulo 3: O microcrédito no Brasil: do período pré-pandemia até os dias atuais

### 3.1 Período Pré-Pandemia

Antes de iniciar uma das maiores crises mundiais no planeta que o ser humano já presenciou, o Brasil se encontrava em uma mudança política polarizada, ocorrendo a posse do presidente Jair Bolsonaro com uma ideologia de extrema direita, depois de 14 anos com o poder contendo integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT) que possuía uma ideologia de esquerda.

Durante esse início de mandato em 2019, as instituições financeiras em parceria com o governo federal continuaram a desenvolver programas que promoviam o microcrédito. Além dessas instituições privadas, estendida de posses anteriores, a parceria com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, dois importantes bancos públicos do Brasil, onde também desempenharam um papel significativo na oferta de microcrédito.

Os Bancos do Povo continuavam presentes no microcrédito, como no caso do programa Empreenda Rápido, o banco do povo paulista estava presente auxiliando em uma parceria do governo de São Paulo com o Sebrae SP.

Seus financiamentos são voltados para pessoas jurídicas com micro e pequenos negócios formais que possuem sede dentro do Estado de São Paulo, foram disponibilizados ao total R\$ 50 milhões, porém desse montante, apenas R\$ 15 milhões foi ofertado para empréstimos com juros zero e o empreendedor pode solicitar até R\$ 15 mil no período de 24 meses para conseguir pagar, juntamente com uma carência de três meses, já o restante de R\$ 35 milhões do valor total disponibilizado, serão para empréstimos com juros de 0,35% ao mês.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Informações retiradas do site oficial do desenvolvimento econômico de São Paulo, disponível em: <https://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/governo-de-sp-e-sebrae-disponibilizam-microcredito-orientado-para-empresarios-paulistas-no-enfrentamento-a-pandemia/>

**Figura 1 - Linhas de Crédito do Empreenda Rápido**

INFORMAL (PESSOA FÍSICA)			RURAL COM CNPJ			MEI, ME, EPP, LTDA e EIRELI		
Limite			Limite			Limite		
De R\$ 200,00			De R\$ 200,00			De R\$ 200,00		
Até R\$ 15.000,00			Até R\$ 15.000,00			Até R\$ 21.000,00		
Juros			Juros			Juros		
0,8% ao mês + 1% TSF			0,35% - 0,55% ao mês + 1% TSF			0,35% - 0,55% ao mês + 1% TSF + FDA		
Tipo de crédito	Carência	Parcelas	Tipo de crédito	Carência	Parcelas	Tipo de crédito	Carência	Parcelas
Capital de Giro	60 dias	12 meses	Capital de Giro	60 dias	24 meses	Capital de Giro	60 dias	24 meses
Investimento	90 dias	24 meses	Investimento	90 dias	36 meses	Investimento	90 dias	36 meses
Misto	90 dias	24 meses	Misto	90 dias	36 meses	Misto	90 dias	36 meses

Fonte: Desenvolvimento Econômico - SP.

O empreendedor conta com serviços de capacitação empreendedora por meio de cursos de qualificação técnica, auxiliando no domínio da atividade produtiva do empreendimento, contendo aulas teóricas e práticas visando melhorar os resultados da empresa. Além disso, o programa possui serviços de facilitação na formalização e regularização do microempreendimento, juntamente o acesso ao crédito através do Banco do Povo Paulista.<sup>10</sup>

### 3.2 Microcrédito durante e pós pandemia

A chegada da pandemia do Covid-19 trouxe uma série de desafios novos que afetaram diversos setores da sociedade e economia mundial, causados devido às restrições de isolamento com o intuito de aliviar as contaminações e mortes ocasionadas pelo vírus.

Durante esse período, o governo se viu na obrigação de buscar alternativas a fim de recuperar a economia do Brasil que estava afundada em uma forte crise financeira, devido aos fechamentos e paralisações dos comércios, alavancando em grandes demissões, onde o brasileiro viu de perto o aumento do desemprego e a diminuição da renda do trabalhador.

Uma dessas alternativas foi a disponibilização do auxílio emergencial, mesmo não sendo uma medida que está ligada diretamente ao microcrédito, teve um impacto significativo nas condições financeiras de muitos cidadãos brasileiros, logo,

<sup>10</sup> Informações retiradas do site oficial do Empreenda Rápido, disponível em: <https://empreendarapido.sp.gov.br/>

causando um impacto também nas microempresas. Esse modelo foi uma forma de assistência financeira fornecida pelo governo para ajudar as famílias de baixa renda a enfrentarem os efeitos econômicos da pandemia.

Outra medida tomada pelo governo foi o adiantamento do pagamento de empréstimos, permitindo com que os microempreendedores individuais (MEIs) adiassem os pagamentos de empréstimos, visando aliviar a pressão financeira sobre esses pequenos empresários durante o período da crise.

Ocorreu também a substituição do Bolsa Família pelo programa Auxílio Brasil que unificou diversas políticas públicas, com o objetivo de fornecer transferência de renda, diretas e indiretas para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país. Coordenado pelo Ministério da Cidadania, o programa buscou simplificar os benefícios e promover a autonomia e a superação da vulnerabilidade social das famílias beneficiadas. As famílias beneficiadas são classificadas em três grupos: aquelas em extrema pobreza, com renda per capita mensal de até R\$ 105,00; famílias em pobreza, com renda per capita mensal entre R\$ 105,01 e R\$ 210,00 e famílias em processo de emancipação.<sup>11</sup>

E a principal medida tomada para enfrentar a economia fragilizada, com o objetivo de diminuir o número de empresas que estavam fechando e as taxas de desemprego, foi criado o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) é uma iniciativa do governo federal com o objetivo de promover o crescimento e desenvolvimento das microempresas e pequenas empresas. Foi estabelecido por meio da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e posteriormente modificado pela Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para tornar o PRONAMPE uma política oficial de crédito permanente. Essa medida visa proporcionar um tratamento especial e vantajoso para as microempresas e pequenas empresas, com o propósito de fortalecer esses empreendimentos como pilares fundamentais para a sustentabilidade, transformação e desenvolvimento da economia nacional.<sup>12</sup>

No ano de criação, a PRONAMPE desempenhou um papel fundamental, beneficiando 468 mil empresas ao oferecer uma garantia de até 85% contra perdas de crédito nas carteiras de financiamento destinadas aos micros e pequenos

---

<sup>11</sup> Dados retirados do site oficial da Secretaria de Estado de Educação, disponível em:

<https://www.sed.ms.gov.br/auxiliobrasil/>

<sup>12</sup> Informações retiradas do site oficial do Governo, disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/credito/pronampe>

empresários. Ao final do ano de 2020, o programa conseguiu alcançar mais de R\$ 37 bilhões em créditos contratados.<sup>13</sup>

Diversos bancos e instituições financeiras, tanto públicos quanto privados, participam e disponibilizam linhas de crédito do PRONAMPE, sendo alguns deles como a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco Itaú, Sicoob e Bradesco.

O crédito oferecido pelo programa é destinado à três categorias de públicos: (1) Microempreendedor Individual (MEI) representa uma categoria que busca formalizar as atividades comerciais e expandir seus negócios com uma receita bruta anual de até R\$ 81 mil. (2) Microempresas com uma receita bruta igual ou inferior a R\$ 360 mil por ano, composta por uma variedade de pequenos negócios que estão buscando crédito para investir em suas empresas. (3) Empresas de Pequeno Porte que possuem uma receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, sendo empresas que se encontram em um estágio intermediário de desenvolvimento.<sup>14</sup>

Atualmente, um de seus diferenciais do PRONAMPE que são oferecidos pelas instituições financeiras é a empresa que contratar esse tipo de crédito, terá carência de 11 meses para começar a pagar com um prazo total de até 48 meses, incluindo a carência, além de possuir uma taxa de juros anual máxima correspondente à taxa Selic, acrescida de 6% ao ano e também sendo necessário a empresa autorizar a Receita Federal a compartilhar os dados do seu faturamento com o banco, juntamente estar ativa há mais de um ano com um faturamento em 2022 de até R\$ 4,8 milhões de reais.<sup>15</sup> (Banco do Brasil, 2023).

Segundo dados do relatório semanal de 2023 do Banco do Brasil, o PRONAMPE possui 14 instituições financeiras ativas oferecendo esse tipo de crédito, até setembro desse ano, foram registradas 351.800 operações somando um valor total de R\$ 24.316.837.846,17.

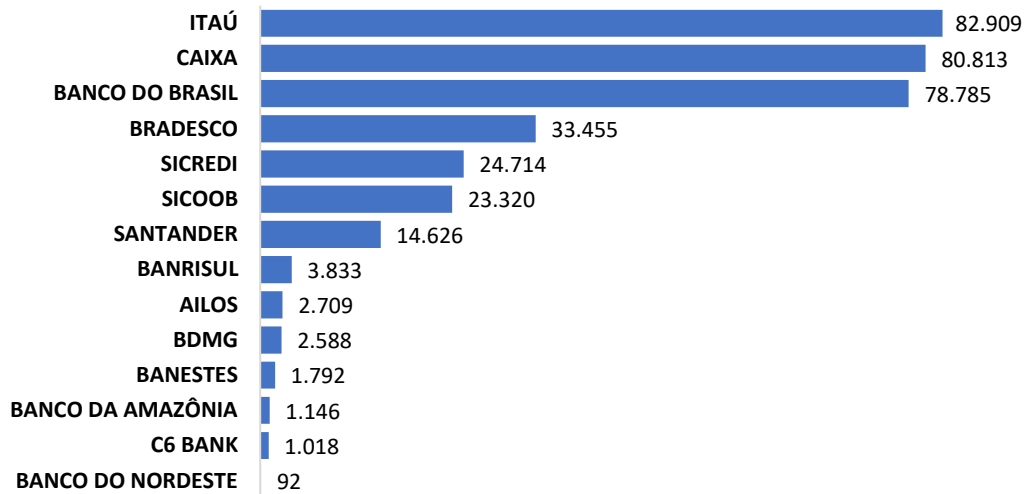
---

<sup>13</sup> Informações retiradas do site oficial do Governo, disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/outubro/mais-de-300-mil-emprededores-tiveram-acesso-ao-pronampe-em-2021>

<sup>14</sup> Dados retirados do site oficial da Caixa Econômica Federal, disponível em: <https://www.caixa.gov.br/empresa/credito-financiamento/capital-de-giro/pronampe/Paginas/default.aspx>

<sup>15</sup> Dados retirados do site oficial do Banco do Brasil sobre o relatório semanal do PRONAMPE, disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/portal/digov/Pronampe-Semanal.pdf>

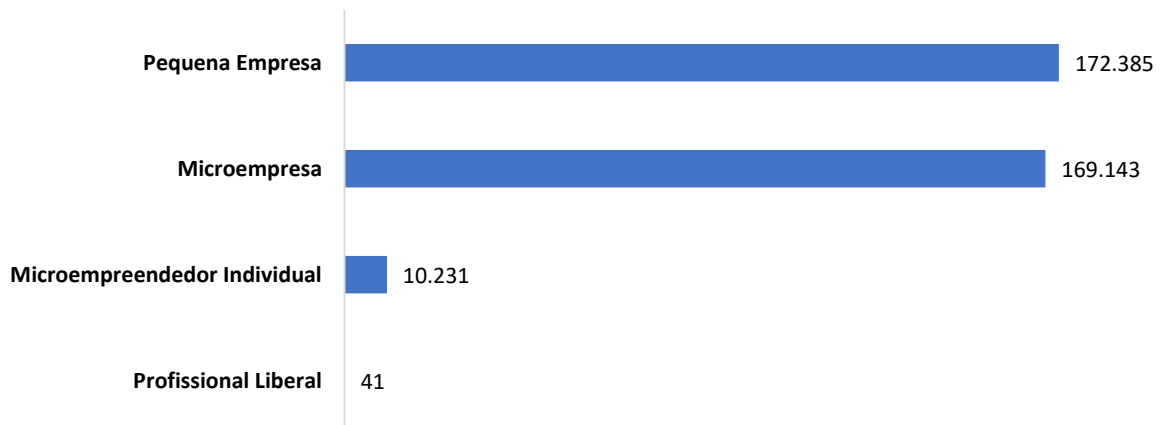
**Gráfico 2 - Número de Operações por Instituição Participante 2023**



Fonte: Banco do Brasil – Relatório Semanal 2023.

A partir da análise do gráfico 2, nota-se que os três bancos que mais efetuaram operações foram o Itaú, Caixa e o Banco do Brasil, totalizando entre eles 242.507 operações de crédito, dentre essas instituições destacadas, o primeiro lugar está para o Itaú, um banco não estatal que evoluiu seu ranking se comparado com o ano anterior de 2022 que se encontrava na quarta posição, perdendo apenas para o Banco do Brasil em primeiro com 130.180 operações, depois a Caixa e Sicoob.

**Gráfico 3 - Número de Operações por Público Alvo 2023**



Fonte: Banco do Brasil – Relatório Semanal 2023.

O Gráfico 3 aponta que o programa está movimentando o crédito para empresas já evoluídas, onde as pequenas empresas é o principal segmento

beneficiado, registrando um total de 172.385 operações, permitindo que elas enfrentem desafios financeiros, expandam suas operações e mantenham a estabilidade econômica.

Isso mostra uma característica do programa, voltado para empresas que se encontram em um certo momento de evolução, ao contrário dos microempreendedores individuais que muitas vezes estão buscando uma posição dentro do segmento em que seus negócios se encontram.

Durante esse período de pandemia, além do PRONAMPE, programas que vinham de governos anteriores ainda estavam ativos, como no caso do CrediAmigo. Segundo notícias publicadas no site do Banco do Nordeste<sup>16</sup>, a procura pelo CrediAmigo cresceu 39% apenas na região do Nordeste durante a pandemia, onde a média mensal de desembolsos do programa no período de março de 2020 a novembro de 2021, foi de R\$ 1,03 bilhão, comparado com os 36 meses anteriores à pandemia.

Um dos motivos para explicar esse aumento durante a pandemia, foi por conta de muitos empreendedores enxergarem a diminuição de suas receitas, sendo obrigado a buscar opções de financiamento para manter seus negócios funcionando ou pela facilidade de acesso que o microcrédito possui, onde também muitas instituições agilizaram seus processos de empréstimo por meio de plataformas digitais, permitindo com que os empreendedores acessassem o crédito de forma mais rápida, quando o distanciamento social era necessário.

---

<sup>16</sup> Dados retirados do site oficial do Banco do Nordeste, disponível em: <https://bnb.gov.br/imprensa/noticias>

## Considerações Finais

O microcrédito como vimos ao longo deste trabalho, teve sua origem nas comunidades mais vulneráveis, onde enfrentavam a extrema pobreza e a falta de acesso aos sistemas financeiros tradicionais, começando na Alemanha, quando o pastor Raiffensem implementou a “associação do pão”, oferecendo farinha de trigo aos fazendeiros para que pudessem produzir e posteriormente vender seu próprio pão, iniciando assim um ciclo de ascensão financeira.

Porém, foi com o professor Muhammad Yunus, em Bangladesh, que o conceito de microcrédito se tornou internacionalmente reconhecido. No contexto da grande crise de fome e da extrema pobreza presente em seu país, Yunus percebeu a necessidade de abordar questões sociais críticas, oferecendo uma alternativa ao sistema bancário tradicional que excluía os mais pobres.

Com a criação do *Grameen Bank*, Yunus se destacou como pioneiro no fornecimento de pequenos empréstimos sem garantias convencionais, baseando-se na confiança, permitindo que as pessoas que se encontravam em situações precárias, pudessem investir em suas atividades produtivas, rompendo as dívidas com os agiotas.

A principal característica do *Grameen Bank* era o foco nas mulheres, apresentando uma taxa de retorno dos empréstimos de 100%, com a justificativa de que as mulheres eram fundamentais para a transformação econômica social das comunidades, pois utilizavam os empréstimos para beneficiar tanto suas famílias como suas casas também, fazendo com que a fama do *Grameen Bank* ganhasse mais influência em regiões do mundo todo, como uma ferramenta para a inclusão social e o desenvolvimento econômico.

A partir da análise feita sobre o microcrédito de Muhammad Yunus em Bangladesh, acabou conduzindo para uma reflexão sobre a eficácia do microcrédito no Brasil, podendo observar essas duas abordagens divergentes e o impacto nas vidas dos beneficiários e a sociedade como um todo.

O modelo feito por Yunus se originou da preocupação em erradicar a pobreza e melhorar as condições de vidas das pessoas que se encontravam vulneráveis, porém a aplicação do microcrédito no Brasil, mesmo que tenha acontecido avanços, mostrou em muitos casos que sustenta objetivos relacionados a aspectos

comerciais, deixando de lado alguns princípios humanitários que deveriam ser a sua base.

Diferente do primeiro modelo que visava criar oportunidades para os desfavorecidos, empoderando economicamente e elevando sua qualidade de vida, o modelo brasileiro deixava de lado um pouco esses princípios, tratando as pessoas como uma figura comercial que a partir desse cenário, as instituições financeiras frequentemente lidam os beneficiários como clientes em potencial, priorizando o lucro sobre a transformação social.

Essas características resultam em consequências desafiadoras que comprometeram na capacidade de sair do ciclo da pobreza, destacando também uma carência em assuntos relacionados a educação financeira como um problema significativo para a eficácia do microcrédito no Brasil, se manifestando de diversas formas.

A falta de educação financeira pode resultar no uso inadequado dos recursos do microcrédito, onde os beneficiários de crédito não entendem a importância da alocação adequada do dinheiro, podendo gastar em compras não essenciais ou empreendimentos de alto risco, levando ao endividamento e a incapacidade de pagar o empréstimo.

Além disso, a ausência de habilidade de planejamento financeiro pode dificultar o gerenciamento eficaz do dinheiro, como também a falta de conhecimento sobre taxas de juros e custos relacionados ao microcrédito, pois sem uma compreensão desses termos pode resultar em dívidas e inadimplência.

Decorrente dessa inadimplência causada pela falta de educação financeira, acaba afetando não somente os tomadores de crédito mas também as instituições que fornecem esse tipo de financiamento, impactando negativamente na confiança desse sistema de empréstimo, não somente a confiança acaba sendo um ponto negativo, mas também os custos operacionais para efetuar o financiamento, muitas vezes envolvem custos administrativos elevados em relação aos valores emprestados, por meio de atividades na avaliação de risco, monitoramento dos empréstimos, assim como na cobrança de dívidas, afetando a viabilidade econômica das instituições que oferecem microcrédito.

Portanto, a comparação entre o modelo de Yunus com o modelo brasileiro, revela uma transformação do objetivo central do microcrédito, substituindo sua principal característica de colocar as pessoas no centro do desenvolvimento, como

no caso de Bangladesh, já no modelo do Brasil, acabou tratando a população como um objeto comercial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, M. T; BARRETO, F. A; SOARES, R. B. **Condicionantes da Saída da Pobreza com Microcrédito: O Caso dos Clientes do CrediAmigo**. EST. ECON., SÃO PAULO, V. 41, N. 1, P. 119-142, 2011.

BANCOSOL. **Del microcrédito a las microfinanzas**. Disponível em: <<http://www.bancosol.com.bo/archivos/historiamicro.s.pdf>> Acesso em: 25/11/2022.

BARONE, F. M; LIMA, P. F.; DANTAS, V.; REZENDE, V. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília. Conselho da Comunidade Solidária, 2002. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf> Acesso em: 08/03/2023.

BARONE, F. M.; SADER, E. **Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas**. Seções Especiais. Rev. Adm. Pública 42 (6), Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/TwryKYFwx8r4zRQyKX5Q8MH/?format=html&lang=pt> Acesso em: 11 abr. 2023.

BRASIL. Exposição de Motivos Interministerial no 06/MTE/MF, de 29 de novembro de 2004a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Exm/EMI-6-MTE-MF-04.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Exm/EMI-6-MTE-MF-04.htm) . Acesso em: 11 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. Medida provisória no 226, de 29 de novembro de 2004. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 nov. 2004b, Seção 1, p.2.

\_\_\_\_\_. Decreto no 5.288, de 29 de novembro de 2004. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 nov. 2004c.

\_\_\_\_\_. Lei no 11.110, de 25 de abril de 2005. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 abr. 2005, Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Medida provisória no 543, de 24 de agosto de 2011. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 ago. 2011, Seção 1, p. 1.

CARDOSO, Ruth. Carta da D. Ruth. In: **Presidência da República Federativa do Brasil/Casa Civil/Secretaria Executiva da Comunidade Solidária. Construindo a agenda social: síntese preliminar das seis rodadas de interlocução política do Conselho da Comunidade Solidária. 1996-1997**. Brasília. Documento do Programa Comunidade Solidária, 1997.

CORPOSOL/FINASOL. **Preliminary Analysis of an Institutional Crisis in Microfinance**. Disponível em: <http://www.gdrc.org/icm/corp-finansol.html> Acesso em: 28/11/2022.

COSTA, F.N. Microcrédito no Brasil. **Texto para Discussão** n.175. Campinas: IE-UNICAMP, 2010.

DANTAS, V. A. **A tecnologia do microcrédito produtivo e orientado**. Brasília, 2005. Disponível em: [http://www.mte.gov.br/pnmpo/tecnologia\\_do\\_mcpo\\_formatado.pdf](http://www.mte.gov.br/pnmpo/tecnologia_do_mcpo_formatado.pdf) Acesso em: 08/03/2023.

FARRANHA, A. C. **Olhares Sobre a Pobreza: entre o global e o local - a experiência de microcrédito no município de Vitória/ES**, 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humana. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

GAIGER, L. I. (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

GRAMEEN AMERICA, 2022. Disponível em: <https://www.grameenamerica.org/program> Acesso em: 19/11/2022.

GRAMEEN BANK, 2022. Disponível em: <https://grameenbank.org/about/introduction> Acesso em: 19/11/2022.

JACKELEN, H. **O Programa da UNO de assistência a microempresas em Caruaru, Brasil**. Disponível em: [http://www.mte.gov.br/pnmpo/o\\_programa\\_uno.pdf](http://www.mte.gov.br/pnmpo/o_programa_uno.pdf) Acesso em: 08/03/2023.

JARDIM, M. A. C. **Entre a Solidariedade e o Risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula**. São Paulo: Anna Blume/Fapesp, 2009. 258 p. (Coleção TC – Trabalho e Contemporaneidade).

KRAYCHETE, E. S. **O Banco Mundial e o desenvolvimento das microfinanças em países da periferia capitalista**. 2005. 221f. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Ondina, 2005.

LAVINAS, L.; MARTINS, P. **Empreendedorismo, Microcrédito e Superação da Miséria no Brasil: pontos em debate**. Rio de Janeiro: Revista Econômica – Niterói v.14, n.2, p. 85-113, 2012.

PATTEN, R. H.; ROSENGARD, J. K.; DONE, J. **Microfinance success amidst macroeconomic failure: The experience of Bank Rakyat Indonesia during the East Asian crisis**. World Development, v. 29, n. 6, 2001.

- PERES, T. H. A. **Comunidade Solidária: a proposta de um outro modelo para as políticas sociais.** Porto Alegre, Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 5. n. 1, 2005.
- QUEIROGA, M. M. **Implicações do neoliberalismo na política social brasileira: o modelo de proteção social do governo Lula.** 2006. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- RODRIGUES, G. L. V.; JÚNIOR, R. R. F.; SOUZA, N. O. **O Programa Crescer de Microcrédito Produtivo e seus Reflexos na Inclusão Financeira Produtiva de Alagoas e no Contexto Regional.** Alagoas: Planejamento e Políticas Públicas, n. 52, 2019.
- SILVA, H. E. da. **Microcrédito – Alguns conceitos básicos. O que é o Microcrédito.** 2005.
- SILVA, R. V. M. **Disseminação de programas públicos de microcrédito: o caso da região metropolitana de São Paulo.** 2007. 186f. Tese (Mestrado em Administração) – Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2007.
- SILVEIRA, M. G. **Evolução da estrutura de microcrédito no Brasil: uma análise sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.** Curitiba: UFPR, 2015.
- Singer, P. **Introdução à Economia Solidária – 1ª ed.** – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOARES, M. M.; SOBRINHO, A. D. M. **Microfinanças: O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito.** Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.
- SPIEGEL, P. **Muhammad Yunus, o banqueiro dos pobres.** São Paulo: Cidade Nova, 2010.
- TANNURI, D. M. J. Microcrédito. In: **Desenvolvimento Local: Práticas Inovadoras. SPITZ, André & PEITER, Gleyse (Orgs.).** Rio de Janeiro: Oficina Social/Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2000.
- VEAUVY, A. **Microcrédito como Promotor de Desenvolvimento Social no Brasil: o caso do Banco Popular da Mulher de Campinas.** 2011. 50 f. Monografia (Curso de Relações Internacionais) – Faculdade de Campinas, Campinas, 2011.
- YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres.** São Paulo: Ática, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo.** Tradução. São Paulo: Ática, 2008.